

Relatório de Gestão

— 2023 —



Cada pessoa que se junta a nós é uma peça fundamental. O nosso crescimento e expansão não são apenas números, mas histórias de vidas transformadas, sonhos realizados e comunidades fortalecidas. À medida que avançamos, nossos passos reverberam por todos os cantos, levando oportunidades e mudando destinos.

União



e movimento

Cooperar é o que nos move

Imagine um mundo onde cada passo dado é impulsionado pelo poder da união. Um lugar onde a solidariedade, a confiança e a colaboração são as forças motrizes por trás do crescimento e do desenvolvimento de cada indivíduo. Bem-vindo ao nosso universo de cooperação, onde acreditamos que juntos podemos alcançar o inimaginável.

Aqui, a cooperação é muito mais do que uma palavra no dicionário, é uma filosofia que permeia cada fibra do nosso ser. Quando nos unimos, movidos pela cooperação, somos capazes de superar desafios e criar um futuro brilhante.

Junte-se a nós e sinta o poder dessa força transformadora.

7

Princípios do cooperativismo



1) Adesão livre e voluntária

Liberdade e igualdade são a base do primeiro princípio. No cooperativismo qualquer pessoa pode se tornar um cooperado, desde que faça isso de forma livre e voluntária, e esteja disposta a assumir suas responsabilidades.



2) Gestão democrática

Todos os cooperados têm direito a um voto. As decisões dentro da cooperativa são tomadas democraticamente, ou seja, todos têm a mesma importância.



3) Participação econômica

Todas as pessoas que integralizam capital em uma cooperativa se tornam cooperadas e participam do retorno financeiro da instituição anualmente.



4) Autonomia e independência

As cooperativas são autônomas, ou seja, são controladas pelos seus associados. No caso de cooperativas de crédito, elas são fiscalizadas e supervisionadas por órgãos estatais, como Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil, que traz ainda mais segurança aos associados.



5) Educação, formação e informação

As cooperativas têm compromisso com a educação e a formação de seus membros, representantes e colaboradores. Assim, garante que todos possam sempre contribuir da melhor maneira para o desenvolvimento da própria cooperativa e também da comunidade.



6) Intercooperação

No cooperativismo todos se ajudam! Além do trabalho feito em conjunto dentro de cada cooperativa, essa ajuda mútua também acontece entre as cooperativas, independente de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.



7) Interesse pela comunidade

Todas as cooperativas trabalham por um bem comum: a comunidade, buscando o desenvolvimento sustentável onde seus cooperados estão inseridos.



Para você e sua empresa



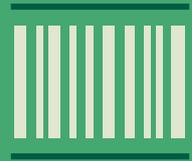
Financiamentos



Empréstimos



Capital de Giro



Boletos



Maquininha



Cartões



Consórcios



Cheques



Aplicações



Seguros



Previdência



Conta Kids



App CredíSIS



Internet Banking

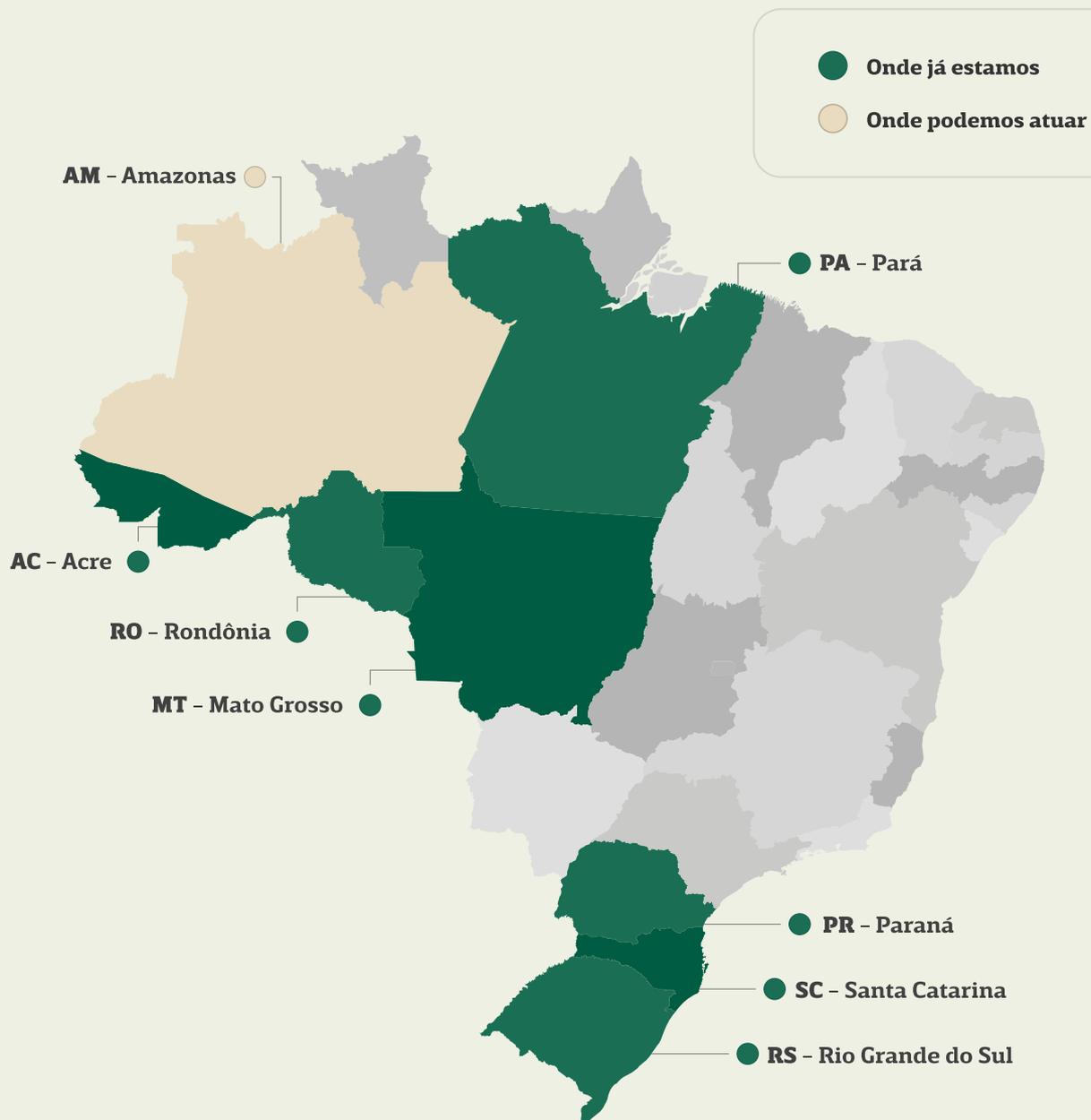


Caixas Eletrônicos



Pix

Mapa de atuação



08 estados • **39** municípios • **08** distritos
12 cooperativas • **56** agências • **56** mil cooperados



A revolução da --- cooperação

Acreditamos na cooperação não como um conceito abstrato, mas como uma força viva que pulsa em nossas veias. Essa força nos conecta a um propósito, nos faz olhar sempre na mesma direção e buscar um objetivo comum: o desenvolvimento pela transformação.

E você está convidado a fazer parte dessa revolução da cooperação. Juntos, vamos escrever uma história de crescimento, fortalecimento e prosperidade.

Sumário

Cooperar é o que nos move	03
7 princípios do cooperativismo	04
Para você e sua empresa	06
Mapa de atuação CrediSIS	07
A revolução da cooperação	08
Parecer do conselho fiscal	10
Palavra do Presidente	11
Relatório da Administração	12
Ações Sociais ESG	13
Evolução dos Resultados	16
Relatório dos Auditores Independentes	16
Demonstrações Financeiras	
Balancos patrimoniais	18
Demonstrações do resultado	19
Demonstrações do resultado abrangente	19
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	20
Demonstrações dos fluxos de caixa	21
Notas explicativas às demonstrações financeiras	22
1 Contexto operacional	22
2 Apresentação das demonstrações financeiras	23
2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação	23
2.2 Continuidade dos negócios	26
3 Resumo das principais práticas contábeis	27
4 Caixa e equivalentes de caixa	30
5 Aplicações interfinanceira de liquidez	30
6 Títulos e valores imobiliárias	31
7 Relações interfinanceiras	31
8 Operações de crédito	31
9 Outros ativos financeiros	32
10 (-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	32
11 Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	33
12 Outros ativos	33
15 Imobilizado de uso, intangível, depreciações e amortizações	33
16 Depósitos	33
17 Recursos de aceite e emissão de títulos	34
18 Obrigações por empréstimos e repasses	34
19 Outros passivos financeiros	34
20 Provisões	34
21 Obrigações fiscais correntes e diferidas	35
22 Outros Passivos	35
23 Patrimônio líquido	35
24 Receitas de operações de crédito	37
25 Ingressos e receitas de prestação de serviços e tarifas	37
26 Dispêndios e despesas de pessoal	37
27 Outros dispêndios e despesas administrativas	37
28 Outros ingressos e receitas operacionais	38
29 Outros dispêndios e despesas operacionais	38
30 Outras receitas e despesas	38
31 Resultado não recorrente	38
32 Partes relacionadas	39
33 Índice de Basileia	39
34 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos	39
35 Seguros contratados	40
36 Implementação	41

Parecer do Conselho Fiscal

Nós abaixo assinados, **MEMBROS EFETIVOS DO CONSELHO FISCAL da PRIMACREDI CREDISIS - COOPERATIVA DE CREDITO DE PRIMAVERA DO LESTE**, CNPJ nº 26.563.270/0001-02, constituída em 26.11.1990, estabelecida na Avenida Cuiabá, 653, Cidade Primavera I, nesta Cidade de Primavera do Leste, neste Estado e em cumprimento às disposições legais e estatutárias, após examinar o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2023, elaborado pela empresa Bauer Auditores Associados sem ressalva, julgamos que os referidos documentos refletem a integridade da posição Patrimonial e Financeira da Cooperativa, com base nos dados de 31.12.2023. Somos de parecer favorável pela aprovação das contas do exercício de 2023.

Primavera do Leste/MT, 27 de fevereiro de 2024.

Salustiano Lourenço de Lima Neto

Coordenador

CPF N°: 880.167.061-34

Edson Zelenski

Secretário

CPF N°: 304.364.001-20

Octhávio Augustto Polato e Palmeira

Membro Efetivo

CPF N°:627.854.001-00

Palavra do Presidente

A cada ano um capítulo é escrito na história da Primacredi CrediSis, na condição de presidente nesses 9 anos, falar para vocês cooperados o que define meu sentimento é **GRATIDÃO**, orgulho dessa parceria ao longo desses 33 anos, rumo aos 34 anos de comprometimento com essa empresa que muito orgulha a todos nós.

2023 foi um ano desafiador, não só para Primavera do Leste nesse sul mato grossense, mas em todas as regiões pólo do agronegócio, somado a desafios e conquistas está a frente do quadro de colaboradores a nossa Diretoria Executiva, que muito orgulhoso pela escolha, não medem esforços para que o atendimento siga o lema de **atender bem para atender sempre**, com avanço tecnológico e em busca contínua de evoluir, analisar e tomar decisões estratégicas focados sempre nos cooperados.

Diante do compromisso firmado na assembleia passada, um ano se faz das promessas de expansão tornando a cooperativa mais atuante, hoje com mais **03 agências no portfólio de atendimento**, levando as comunidades de Canarana, Campo Verde e Confresa o **“jeito PRIMACREDI de ser”**, fazendo a diferença e atendendo os municípios vizinhos e as comunidades locais.

Foram várias conquistas ao longo de 2023, entre elas foi alcançar a marca de **10 mil cooperados**, número este que continua crescente, mostrando a força e a credibilidade da nossa cooperativa totalizando 8 pontos de atendimento com o propósito de crescer com segurança, favorecendo os clientes com economia indireta de resultado gerado com as **melhores condições nos juros diferenciados dos praticados** pelo mercado nas tomadas de crédito e rentabilidade competitivas nas aplicações.

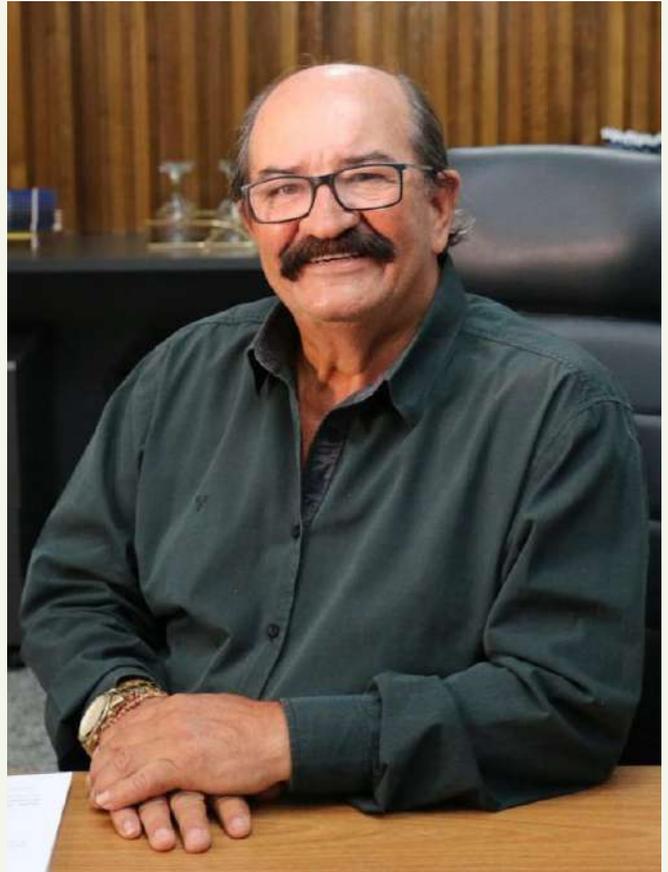
Podemos ainda observar que nossos cooperados praticam suas movimentações financeiras com **isenção de tarifas**, nos diferenciando das demais instituições financeiras.

Registramos ainda que estamos expandindo nossa **área de atuação para os estados de Goiás e Mato Grosso do Sul**, assim em um futuro próximo levaremos o nome da Primacredi a **toda região Centro Oeste do Brasil**.

Na certeza em afirmar que o cooperativismo é o caminho para o futuro, sendo uma forma concreta de viver e crescer em comunidades, somos gratos em participar efetivamente desse sistema, onde em conjunto, seguimos as diretrizes e tomamos as decisões buscando sempre o melhor para nossos cooperados.

Com **atendimento resolutivo**, colocamos o **cooperado em primeiro lugar**. Através do **profissionalismo, inovamos com simplicidade**, a cada um dos nossos colaboradores focados em **melhoria contínua** fortalecemos cada dia mais a **credibilidade** e a confiança, confirmando que esses valores são inegociáveis, assim é a PRIMACREDI CrediSIS que contribui com sustentabilidade para dias melhores, ajudando realizar sonhos e levar soluções financeiras ao maior número de pessoas.

Muito mais do que **cooperar com geração de renda à sociedade**, a PRIMACREDI CrediSIS é uma Cooperativa abençoada por Deus, feita e composta por pessoas. **A família cooperada é o nosso maior patrimônio, riqueza e valor.**



Jorge Francisco Mira

Presidente
CrediSIS Primacredi

Relatório da Administração

Exercício 2023

AÇÕES, CRESCIMENTO E RESULTADOS

De Primavera do Leste/MT, rumo ao centro oeste brasileiro

Diante de um Planejamento Estratégico desafiador, distribuídos entre os anos de 2024 e 2026, os objetivos estão direcionados a projetos de:

- **Perenidade Financeira**
- **Mercado e Cooperados**
- **Tecnologia e Processos**
- **Aprendizado e Crescimento**

A Diretoria Executiva apresenta o fechamento do ano de 2023 cumprindo a meta bastante ousada de aumentar a base de cooperados em mais de 70%, ultrapassando a marca dos 10 mil cooperados. Para auxiliar neste crescimento, iniciou atividades em três novas cidades, com impacto positivo na vida das pessoas, seja através de algum produto ou serviço disponibilizado pela Primacredi CrediSIS, ou pela transformação social, que promovemos através da geração de emprego e renda nas comunidades que estamos inseridos.

Fechamos o ano de 2023, com **R\$ 25 milhões em sobras, um aumento de 30%** em relação ao ano anterior, onde destacamos a evolução de demais indicadores financeiro que geraram este resultado:

Indicador	Valor 2023	% Crescimento
Ativos Totais	R\$ 1.468.322	63,90%
Carteira de Crédito	R\$ 975.220	50,10%
Capital Social	R\$ 96.821	14,13%

Não há como **atender bem sem um time forte e comprometido**, por isso criamos postos de trabalho, transformando a economia local, saltamos de 152 colaboradores para 177 um crescimento em torno de 16% em nosso quadro.

Os números demonstram a nossa **credibilidade** e que estamos no caminho certo, observa-se o crescimento de indicadores de movimentação

Meio de Pagamento	Crescimento 2023
Chaves PIX	54,59%
Boletos	237,15%
Cartões de Crédito	152,12%

Circulou através da PRIMACREDI CrediSIS, transações financeiras nas mais variadas modalidades de produtos e serviços, **fazendo da cooperativa o principal intermediador financeiro dos nossos clientes.**

Além de trazer benefícios para nossos cooperados, a Primacredi CrediSIS tem como foco, ajudar no desenvolvimento das comunidades onde estamos inseridos.

| Ações Sociais ESG

Nosso compromisso Social Nossa atuação Sustentável

Nossa essência está em compromissos com a sustentabilidade promovendo ESG desde a nossa origem em 1990.

A PRIMACREDI CREDISIS como intermediadora de recursos entre os diferentes públicos da sociedade onde atua têm um papel importante no direcionamento de capital para projetos e atividades que contribuam para o desenvolvimento sustentável.

Sendo um dos principais compromisso o desenvolvimento regional onde atual, bem como o “olhar focado no cliente e na comunidade”, com isso está fortemente entranhado na atividade de premissa, a conscientização do uso mais eficiente dos recursos naturais, fatores diretos que interferem no movimento econômico de toda a área de atuação, com o principal foco o agronegócio, seguindo dele seus impactos no comércio regional, na prosperidade econômico/financeira visando maior inclusão e bem-estar social, representam oportunidades de negócios para o setor.

Ao mesmo tempo, a gestão dos riscos financeiros associados a desafios de cunho socioambiental, como as mudanças climáticas, torna-se imperativa para a manutenção da estabilidade e resiliência da PRIMACREDI CREDISIS em relação a Sustentabilidade, com práticas e objetivos de:

1. Canalizar recursos para negócios verdes e inclusivos, onde assumir uma postura de respeito para com o meio ambiente é parte de um conceito maior, de sustentabilidade, de princípio. Podendo citar:

a) **Na inclusão social**, a Cooperativa valoriza a diversidade e a igualdade de oportunidades, promovendo a contratação de pessoas de diferentes origens e grupos sociais. Essa mudança de postura vai além das políticas internas de recursos humanos;

b) **Comprometidos com o meio ambiente** é realizado: Além de destacar como uma empresa comprometida com o meio ambiente, praticando ações de coleta de lixo de nascentes, distribuição de mudas de plantas nativas e frutíferas, incentivo a agricultura familiar.

As energias renováveis, como a solar, colaboram com a sustentabilidade devido à capacidade de geração de energia sem causar danos à natureza. As fontes geradoras conseguem se restabelecer naturalmente, a partir da luz do sol.

Fortalecendo a conscientização quanto aos cuidados com o meio ambiente, a PRIMACREDI CrediSIS realizou o tão sonhado projeto da usina solar, aproveitando a matéria prima originária da natureza, ou seja a captação de energia elétrica é feita pela luz do sol, desta forma, os recursos naturais podem ser usados de forma abundante e sustentável, não afetando o meio ambiente e ainda produzindo energia limpa e renovável; não emite qualquer tipo de poluição ou gases de efeito estufa; não causa danos ao meio ambiente. No ano de 2023, fortalecendo a política de sustentabilidade, fazendo parte da Sede da cooperativa a administração da cooperativa inaugurou o maior estacionamento coberto em Primavera do Leste, com 527 módulos fotovoltaico bifaciais, proporcionando 278 quilowatt-hora de energia produzida com alternativa inteligente e sustentável, com a expectativa de economizar 95% da energia gasta na sede administrativa e agência de Primavera do Leste, com as sobras dessa usina ainda repassar as demais agências da cooperativa. Isso significou uma redução de custos de aproximadamente R\$300 mil reais por ano e ao longo dos 25 anos uma economia de recursos em 7 milhões, ou ainda uma redução de 2 milhões de quilos de gás carbônico emitidos na natureza.

Ainda na agenda da sustentabilidade, a PRIMACREDI CrediSIS, implantou no edifício sede um reservatório de água de 50 mil litros, consiste **no reaproveitamento de água** das calhas e dos drenos dos ar condicionado. A água de reuso é aproveitada nas bacias sanitárias, na irrigação de plantas, limpeza e também nos hidrantes e bicos sprinter, compõem o sistema de combate ao incêndio. Com isso o reuso reduz a demanda sobre os mananciais de água devido à **substituição da água potável por uma água de qualidade inferior**.

c) Incentivos financeiros com o financiamento de usinas solar: Faz parte da carteira de produtos disponíveis aos cooperados, **financiamento de usinas solar com taxas diferenciadas** as praticadas no mercado financeiro.

d) Livros e materiais pedagógicos com tema de sustentabilidade: Em projetos sociais com parceria com as escolas e entidades, a PRIMACREDI CrediSIS promove a **conscientização das crianças e jovens através da distribuição de jornais, livros, folhetos e mídia interativa, publicitária e didática**;

2. **ESG**: O termo Environmental, Social and Governance (ESG), é uma sigla em inglês que

traduzida significa **“Ambiental, Social e Governança”**. Que ao observar com atenção o **modelo de negócios cooperativista** e os valores que o cooperativismo traz, por essência, já entender a relação intrínseca e inerente que existe. Está no DNA, no propósito das cooperativas, bem como no compromisso original da PRIMACREDI CREDISIS;

3. Aperfeiçoar continuamente o **gerenciamento dos riscos socioambientais e climáticos**, através de monitoramento com informações técnicas de avaliação dos riscos, somado ainda a ações diretas de reflorestamento, reciclagem, valorização da água e proteção ao meio ambiente;

4. Disseminar a cultura já alicerçada nos princípios do Cooperativismo, fomentando através do exemplo para que mais empresas se comprometam em **“ser sustentável e comprometida com a região onde atua”**.

E neste contexto, sempre estamos promovendo a transformação social, através de ações de programas sociais. Programas esses, que contemplam os mais variados setores, sejam eles ligados diretamente ao **quadro social, ao agronegócio, à agricultura familiar, incluindo os religiosos, esportivos, educacionais e culturais**. Neste quesito foram investidos R\$ 2,1 milhões nos programas desenvolvidos pela Primacredi CrediSIS.



Social/Educacional: Biblioteca Projeto incentivando a educação.



Reservatórios de Água: Sede Primavera do Leste/MT



Social: Campanha de conscientização



Meio Ambiente: Limpeza nascente rio Traíra



Inclusão Social: Aldeia São Marcos



Cooperados Kits: Educação Financeira

Evolução dos Resultados

Indicadores	2021	2022	2023
COOPERADOS	4.640	6.264	10.730
ATIVOS TOTAIS	612.987.941	895.858.746	1.468.321.804
CARTEIRA DE CRÉDITO	453.223.479	649.707.698	975.219.529
CAPTAÇÃO (DEPÓSITOS + LCA)	418.796.141	717.011.037	1.233.886.468
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	119.211.033	139.686.008	168.514.830
SOBRAS BRUTAS	20.471.793	19.005.511	25.163.376
SOBRAS + JUROS CAPITAL	20.797.897	19.446.237	25.626.953

Relatório dos Auditores Independentes

Srs.

**Conselheiros, Diretores e Cooperados da
PRIMACREDI COOPERATIVA DE CRÉDITO DE PRIMAVERA DO LESTE
Primavera do Leste - MT**

Opinião sem ressalvas

Examinamos as demonstrações contábeis da PRIMACREDI COOPERATIVA DE CRÉDITO DE PRIMAVERA DO LESTE, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações dos resultados, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela

supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte - MG, 2 de fevereiro de 2024.

MÁRIO ORLANDO BAUER

Contador Responsável
CRC/RS 017883/O-T-MG

BAUER AUDITORES ASSOCIADOS

CRCMG 6427



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações

Aos cooperados e administradores da CredisIS Primacredi – Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Acre Ltda. Primavera do Leste

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Em reais

	NOTA	2023	2022
Ativo		1.468.321.804	895.858.747
Disponibilidades	4	715.542	15.331.413
Instrumentos financeiros		1.427.472.970	841.351.370
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	-	115.917
Títulos e valores mobiliários	6	189.594.828	191.527.755
Relações interfinanceiras	7	257.501.943	-
Operações de crédito	8	975.219.529	646.186.713
Outros ativos financeiros	9	5.156.670	3.520.985
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	10	(39.740.119)	(30.867.117)
Ativos fiscais correntes e diferidos	11	12.000	-
Outros ativos	12	22.491.064	6.043.287
Imobilizado de uso	15	68.651.830	73.416.889
Intangível	15	559.085	559.085
(-) Depreciações e amortizações	15	(11.840.568)	(9.976.180)
Total do Ativo		1.468.321.804	895.858.747
Passivo e patrimônio líquido		1.468.321.804	895.858.747
Depósitos	16	571.742.930	389.781.554
Demais instrumentos financeiros		716.854.574	334.493.582
Recursos de aceite e emissão de títulos	17	662.143.537	327.229.483
Obrigações por empréstimos e repasses	18	23.905.307	6.732.480
Outros passivos financeiros	19	30.805.730	531.619
Provisões	20	219.269	212.544
Obrigações fiscais correntes e diferidas	21	1.303.423	2.373.665
Outros passivos	22	9.686.778	29.311.394
Patrimônio líquido	23	168.514.830	139.686.008
Capital social		96.820.869	84.830.681
Reservas de sobras		53.513.422	38.700.643
Sobras ou perdas acumuladas	24	18.180.539	16.154.684
Total do passivo e patrimônio líquido		1.468.321.804	895.858.747

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Em reais

		2023		2022
		2º semestre	Exercício	Exercício
Ingressos e receitas da intermediação financeira		128.956.095	225.921.595	128.807.841
Operações de crédito	24	87.809.474	149.504.207	97.169.892
Ingressos de depósitos intercooperativos		2.083.856	2.083.856	-
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez		-	7.282	1.087.433
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		39.062.765	74.326.250	30.550.516
Dispêndios e despesas da intermediação financeira		(86.490.158)	(159.258.771)	(82.944.003)
Operações de captação no mercado		(76.775.916)	(140.213.234)	(74.497.565)
Operações de empréstimos e repasses		(1.506.228)	(2.446.144)	(163.781)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(8.208.014)	(16.599.393)	(8.282.657)
Resultado bruto da intermediação financeira		42.465.937	66.662.824	45.863.838
Outros ingressos e receitas/dispêndios e despesas operacionais		(22.405.906)	(41.209.571)	(32.572.925)
Ingressos e receitas de prestação de serviços	25	3.950.477	6.030.695	2.457.114
Rendas de tarifas	25	93.863	186.092	508.106
Dispêndios e despesas de pessoal	26	(14.264.780)	(24.798.557)	(19.119.841)
Outros dispêndios e despesas administrativas	27	(13.844.629)	(24.884.936)	(18.169.548)
Dispêndios e despesas tributárias		(4.853)	(51.701)	(78.221)
Resultado de participações em coligadas e controladas		117.779	117.779	-
Outros ingressos e receitas operacionais	28	1.658.073	2.698.804	2.304.579
Outros dispêndios e despesas operacionais	29	(111.836)	(507.747)	(475.114)
Resultado operacional		20.060.031	25.453.253	13.290.913
Outras receitas e despesas	30	395.622	403.852	5.811.038
Sobras ou perdas antes da tributação e participações		20.455.653	25.857.105	19.101.951
Sobras ou perdas do período antes das destinações e dos juros ao capital		20.455.653	25.857.105	19.101.951
Juros ao capital		(240.941)	(463.576)	(436.680)
Sobras ou perdas do período antes das destinações		20.214.712	25.393.529	18.665.271

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

2º semestre de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Em reais

		2023		2022
		2º semestre	Exercício	Exercício
Sobras do período antes das destinações e dos juros ao capital		20.455.653	25.857.105	19.101.951
Total do resultado abrangente		20.455.653	25.857.105	19.101.951

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

2º semestre de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Em reais

	Capital subscrito	(-) Capital a realizar	Reserva legal	Reserva Estatutárias	Reserva para Expansão	Reserva Especiais de Lucro	Sobras ou perdas acumuladas	Totais
Saldos em 01/01/2022	72.500.137	-	6.333.567	11.928.990	10.707.074	340.240	17.401.024	119.211.032
Ao capital	8.483.024						(8.483.024)	-
Aumento de reserva com sobras			1.740.103	4.350.256	1.740.102		(7.830.461)	-
Distribuição de sobras para associados							(1.087.539)	(1.087.539)
Por Subscrição/realização	5.646.325							5.646.325
Por devolução (-)	(1.610.153)							(1.610.153)
Estorno de capital	(946.443)							(946.443)
Sobras ou perdas do período antes das destinações e dos juros ao capital							19.101.951	19.101.951
Liquidação de reserva						(340.240)	340.240	
Provisão de juros sobre o capital próprio							(436.680)	(436.680)
Juros sobre o capital próprio, líquido	757.791							757.791
Reserva legal							(1.900.551)	(1.900.551)
FATES - Atos cooperativos			1.900.551				(950.276)	950.275
Saldos em 31/12/2022	84.830.681	-	9.974.221	16.279.246	12.447.176	-	16.154.684	139.686.008
Ajustes de exercícios anteriores	-	-					(230.152)	(230.152)
Ao FATES							(807.734)	(807.734)
Outras destinações das sobras do exercício anterior				8.885.076			(8.885.076)	-
Capital a Pagar							(159.006)	(159.006)
Outros eventos/reservas LC 196			203.035					203.035
Por Subscrição/realização	7.859.897							7.859.897
Por devolução (-)	(2.344.781)							(2.344.781)
Estorno de capital	(284.968)							(284.968)
Outros eventos de resultados abrangentes	-	-					25.393.528	25.393.528
Juros sobre o capital próprio, líquido	457.172							457.172
Reserva legal			2.516.338				(2.516.338)	-
Outras destinações das sobras do período				3.208.330			(3.208.330)	-
FATES - Atos cooperativos							(1.258.169)	(1.258.169)
FATES - Atos não cooperativos								
Saldos em 31/12/2023	96.820.869	-	12.693.594	28.372.652	12.447.176	-	18.180.539	168.514.830
Saldos em 30/06/2023	93.480.481	-	32.786.936	15.001.818	-	-	4.948.665	146.217.900
Por Subscrição/realização	3.763.820							3.763.820
Por devolução (-)	(859.936)							(859.936)
Estorno de capital	(20.668)							(20.668)
Sobras ou perdas do período antes das destinações e dos juros ao capital							20.214.711	20.214.711
Juros sobre o capital próprio, líquido	457.172							457.172
Reserva Legal			2.516.338				(2.516.338)	-
Outras destinações das sobras do período				3.208.330			(3.208.330)	-
FATES - Atos cooperativos							(1.258.169)	(1.258.169)
FATES - Atos não cooperativos								
Saldos em 31/12/2023	96.820.869	-	35.303.274	18.210.148	-	-	18.180.539	168.514.830

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

2º semestre de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Em reais

	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Sobras ou perdas antes da tributação e participações	20.455.653	25.857.105	19.101.951
Ajuste de exercícios anteriores	-	(230.152)	-
Provisões/reversões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8.208.014	16.599.393	8.282.657
Depreciações e amortizações	2.110.052	4.234.291	4.316.840
Sobras ou perdas antes da tributação e participações ajustado	30.773.719	46.460.637	31.701.448
(Aumento) redução em ativos operacionais			
Aplicações interfinanceiras de liquidez		115.917	(12.763)
Títulos e valores mobiliários	564.720.316	112.413	10.213.362
Relações interfinanceiras	3.473.556	(6.327)	-
Operações de crédito	(227.699.719)	(338.572.879)	(198.481.700)
Outros ativos financeiros	(411.382)	177.987	748.171
Ativos fiscais correntes e diferidos	(3.382)	(12.000)	-
Outros ativos	(5.383.465)	(16.447.777)	8.632.931
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos	(150.338.800)	181.961.376	(29.014.588)
Recursos de aceite e emissão de títulos	53.285.975	334.914.054	327.229.483
Relações interfinanceiras	(2.053.328)	-	-
Obrigações por empréstimos e repasses	12.091.386	17.172.827	6.732.480
Outros passivos financeiros	30.272.595	30.274.111	217.183
Provisões	3.305	6.725	(200.018)
Obrigações fiscais correntes e diferidas	252.797	(1.070.242)	1.365.910
Outros passivos	(4.751.859)	(20.088.192)	(44.371.300)
Destinação de sobras exercício anterior ao FATES	-	(807.734)	-
FATES - Atos cooperativos	(1.258.169)	(1.258.169)	(950.276)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado) nas atividades operacionais	302.973.545	232.932.727	113.810.323
Atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado de uso	(3.237.698)	2.395.156	(3.034.841)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	(3.237.698)	2.395.156	(3.034.841)
Atividades de financiamentos			
Aumento por novos aportes de capital	3.763.820	7.859.897	5.646.325
Devolução de capital à cooperados	(859.936)	(2.344.781)	(1.610.153)
Estorno de capital	(20.668)	(284.968)	(946.443)
Distribuição de sobras para associados	-	(159.006)	(1.087.539)
Juros sobre o capital próprio, líquido	457.172	457.172	757.791
Outros eventos/reservas	-	203.035	-
Outros Ajustes	(1)	(1)	
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamentos	3.340.387	5.731.348	2.759.981
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	303.076.234	241.059.231	113.535.463
Modificações líquidas de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	119.610.973	181.627.976	68.092.513
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	422.687.207	422.687.207	181.627.976
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	303.076.234	241.059.231	113.535.463

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.
Em reais

1. Contexto operacional

A Primacredi Cooperativa de Crédito de Primavera do Leste, fundada em 26 de novembro de 1990, é uma instituição financeira não bancária, sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, de pessoas, de natureza simples e sem fins lucrativos. Em relação ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, a mesma adquiriu personalidade na data de 18 de fevereiro de 1991, através do registro sob nº 26.563.270/0001-02.

A Cooperativa está sediada na Avenida Cuiabá, nº 653, Cidade Primavera I, em Primavera do Leste estado de Mato Grosso e tem sua área de ação nos municípios de Primavera do Leste Água Boa, Alto Araguaia, Alto Boa Vista, Alto Garças, Alto Taquari, Araguaiana, Araguaína, Barra do Garças, Bom Jesus do Araguaia, Campinápolis, Campo Verde, Canabrava do Norte, Canarana, Cocalinho, Confresa, Dom Aquino, Gaúcha do Norte, General Carneiro, Guiratinga, Itiquira, Jaciara, Juscimeira, Luciara, Nova Brasilândia, Nova Nazaré, Nova Xavantina, Novo Santo Antonio, Novo São Joaquim, Paranatinga, Pedra Preta, Planalto da Serra, Pontal do Araguaia, Ponte Branca, Porto Alegre do Norte, Poxoréu, Querência, Ribeirão Cascalheira, Ribeirãozinho, Rondonópolis, Santa Cruz do Xungú, Santa Terezinha, Santo Antônio do Leste, São Felix do Araguaia, São José do Povo, São José do Xingú, São Pedro da Cipa, Serra Nova Dourada, Tesouro, Torixoréu e Vila Rica no Estado de Mato Grosso.

Tem por objetivo proporcionar assistência financeira a seus cooperados, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito, visando o aumento da eficiência, eficácia e efetividade das atividades dos cooperados e a melhoria da sua qualidade de vida. Prover, através da mutualidade, prestação de serviços financeiros a seus cooperados em suas atividades específicas, buscando apoiar e aprimorar a produção, a produtividade e a qualidade de vida, bem como a comercialização e industrialização dos bens. Obter recursos financeiros junto às instituições de crédito oficiais e particulares, através de repasses e refinanciamentos. Captar, somente de cooperados, depósitos sem emissão de certificado; de instituições financeiras nacionais ou estrangeiras, inclusive por meio de depósitos interfinanceiros, bem como prestar as devidas garantias; receber recursos oriundos de fundos oficiais e, em caráter eventual, recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses; nos termos da legislação específica, ter acesso a recursos oficiais para o financiamento das atividades dos cooperados. Aplicar recursos no mercado financeiro, inclusive em depósitos à vista e depósitos interfinanceiros, observadas eventuais restrições legais e regulamentares específicas de cada aplicação. Prestar serviços de cobranças, de custódia, de recebimentos e pagamentos por conta de terceiros, mediante contrato com entidades públicas ou privadas, por conta ou em benefício de cooperados e usuários, observada a regulamentação em vigor. Subscrever e integralizar quotas de capital de Cooperativa Central de Crédito e de bancos cooperativos de crédito, para prover as necessidades de funcionamento da Cooperativa ou de oferecer serviços complementares aos cooperados. Instalar postos de atendimento cooperativo e contratar serviços junto à Cooperativa Central de Crédito e junto a outras instituições financeiras, ou correlatas, para prover as necessidades de funcionamento da Cooperativa de Crédito ou de oferecer serviços complementares aos cooperados. No desenvolvimento do objeto social, a Cooperativa deverá adotar programas de uso adequado do crédito, de poupança e de formação educacional dos cooperados, tendo como base os princípios

cooperativistas. Em todos os aspectos das atividades executadas na Cooperativa devem ser rigorosamente observados os princípios da neutralidade política e da indiscriminação religiosa, racial e social. A Cooperativa poderá organizar seu quadro social em grupos ou atividades setoriais, distritais, municipais, regionais, especiais, transitórios ou não, visando promover plena integração dos cooperados à vida societária, são de característica funcional e hierarquicamente, órgão assessores da administração da Cooperativa, sem poderes executivos ou de deliberação, conforme Regimento Interno do Quadro Social.

Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pelo disposto nas Leis 5.764, de 16.12.1971 e 4.595, de 31.12.1964, e nos artigos 1.093 a 1.096 da Lei 10.406, de 10.1.2002, nos atos normativos baixados pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil.

Em 08 de Agosto de 2022, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a alteração da denominação social de Cooperativa de Crédito Rural de Primavera do Leste, para Primacredi Cooperativa de Crédito de Primavera do Leste.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 01 de fevereiro, as quais são de sua responsabilidade e foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as regulamentações emanadas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil – BCB, incluindo a Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020 que regulamentaram procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Foram observadas também, as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BCB e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/1964 e nº 5.764/1971, com alterações pela Lei Complementar nº 130/2009.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras.

2.1. Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em períodos anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o exercício de 2022:

Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020: a norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, incluindo operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, além de critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Diante dos impactos das alterações para o processo de incorporação de Cooperativas, foram promovidas reuniões com o Banco Central do Brasil, definindo procedimentos internos para atender ao novo requerimento da Resolução.

Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020: a norma dispõe sobre os procedimentos

a serem adotados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para a divulgação, em notas explicativas, de informações relacionadas a investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto.

Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020: a norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações decorrentes do normativo são:

- i. definição das destinações possíveis das sobras ou perdas, não sendo permitido mantê-las sem a devida destinação por ocasião da Assembleia Geral;
- ii. sobre a remuneração de quotas-partes do capital, se não for distribuída em decorrência de incompatibilidade com a situação financeira da instituição, deverá ser registrada na adequada conta de Reservas Especiais.

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021: a norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os impactos decorrentes desse normativo abrangem a exclusão do grupo Cosif que evidenciava Resultados de Exercícios Futuros e a atualização na nomenclatura de todos os grupos vigentes de 1º nível, a saber: Ativo Realizável; Ativo Permanente; Compensação Ativa; Passivo Exigível; Patrimônio Líquido; Resultado Credor; Resultado Devedor; e Compensação Passiva.

Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021: a norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações são:

- i. a recepção do CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, o qual não altera nem sobrepõe outros pronunciamentos, e não modifica os critérios de reconhecimento e desconhecimento do ativo e passivo nas demonstrações contábeis;
- ii. a recepção do CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o qual estabelece procedimentos que a entidade deve aplicar para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação;
- iii. a recepção do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, o qual estabelece critérios para a seleção e a mudança de políticas contábeis, juntamente com o tratamento contábil e divulgação de mudança nas políticas contábeis, a mudança nas estimativas contábeis e a retificação de erro;
- iv. a recepção do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, o qual estabelece os princípios que a entidade deve aplicar para apresentar informações úteis aos usuários de demonstrações contábeis sobre a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente;
- v. a recepção do CPC 46 – na mensuração de ativos e passivos, quando não houver regulamentação específica, será necessário:
 - a) mensurar os ativos pelo menor valor entre o custo e o valor justo na data-base do balancete ou balanço;
 - b) mensurar os passivos:
 - b1) pelo valor de liquidação previsto em contrato;
 - b2) pelo valor estimado da obrigação, quando o contrato não especificar valor de pagamento.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021: a norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, e quanto a designação e ao reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional; a elaboração do plano de implementação desse normativo, no que tange às alterações a serem aplicadas a partir de 1º/1/2025, além da sua aprovação e divulgação.

Consolidação do Cosif: no intuito de conciliar em ato normativo único as rubricas de cada um dos grupos contábeis que compõem o Elenco de Contas do Cosif, segundo a Resolução BCB nº 92/2021, o Banco Central do Brasil divulgou em 1º/4/2022 as Instruções Normativas mencionadas a seguir, com entrada em vigor a partir de 1º/7/2022: Instrução Normativa nº 268, de 1 de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Ativo Realizável; Instrução Normativa nº 269, de 1 de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Ativo Permanente; Instrução Normativa nº 270, de 1 de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Compensação Ativa; Instrução Normativa nº 271, de 1 de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Passivo Exigível; Instrução Normativa nº 272, de 1 de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Patrimônio Líquido; Instrução Normativa nº 273, de 1 de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Resultado Credor; Instrução Normativa nº 275, de 1 de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Compensação Passiva.

Em complemento, na data de 27/10/2022 o Banco Central do Brasil divulgou a Instrução Normativa BCB nº 315, que define as rubricas contábeis do grupo Resultado Devedor, em substituição à Instrução Normativa BCB nº 274 de 1/4/2022.

Lei Complementar nº 196, de 24 de agosto de 2022: a norma altera a Lei Complementar nº 130 de 17/4/2009, integrando as confederações de serviço constituídas por cooperativas centrais de crédito no Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e entre as instituições sujeitas a autorização e normatização do Banco Central do Brasil; define o tratamento das perdas, no caso de incorporação; expande o campo de aplicação dos recursos destinados ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES; qualifica as quotas de capital como impenhoráveis e permite que os saldos de capital, de remuneração de capital e de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos sejam revertidos ao fundo de reserva da cooperativa, após decorridos 5 (cinco) anos do processo de desligamento.

Os impactos foram avaliados e concluiu-se necessária a adequação dos documentos de constituição das cooperativas e normatizações internas, cujo processo de elaboração já está em andamento.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022: a norma revoga a Carta Circular nº 3.429 de 11/2/2010, excluindo a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda.

A mensuração dos impactos se dará através da análise sistemática das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento. Para aqueles em que não seja identificada perda provável, a reversão será indispensável. Entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

Resolução BCB nº 208, de 22 de março de 2022: a norma trata da remessa diária de informações ao Banco Central do Brasil referentes a poupança, volume financeiro das transações de pagamento realizadas no dia, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Recibos de Depósito Bancário (RDBs) e depósitos de aviso prévio de emissão própria e saldos contábeis de natureza ativa e passiva, tais como disponibilidades, depósitos, recursos disponíveis de clientes, entre outros.

O estudo acerca das ações necessárias para atender o normativo foram iniciadas, porém aguarda novas instruções a serem emitidas pelo Banco Central do Brasil. Entra em vigor em 1º de março de 2023.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021: a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. Entra em vigor em 1º/1/2025, exceto para os itens citados na sessão anterior, cuja vigência teve início em 1º/1/2022.

Iniciou-se a avaliação dos impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º/1/2025, os quais serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações em inadimplência e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial.

Os impactos estão sendo analisados pela cooperativa e serão considerados até a data da vigência do normativo. Entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022 e Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: em consonância à reforma futura trazida pela Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a nova estrutura dos grupos e subgrupos de contas, tratados em separado nos normativos supracitados.

Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

2.2 Continuidade dos negócios

A administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza

material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão resumidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência. Sobre o resultado de eventuais operações realizadas com não cooperados (ato não cooperativo) são apurados e recolhidos os impostos devidos. Os resultados destas operações são levados à conta do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES, conforme previsto na Lei nº 5.764/1971.

b) Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cooperativa no processo de aplicação das práticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos anualmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez, com prazo inferior a 90 dias de vencimento e com risco insignificante de valor.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários

Registrados pelo valor de aplicação e classificados conforme a intenção da administração da Cooperativa em mantê-los até o vencimento, são atualizados pelos rendimentos pactuados auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado. As aplicações interfinanceiras e parte dos títulos e valores mobiliários garantem operações de repasses de recursos de crédito rural e produtos financeiros operados com instituições financeiras oficiais, entre eles, compensação, cartão de crédito e débito e correspondente bancário.

A Circular BCB nº 3.068/2001, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

e) Operações de crédito

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço, observados os índices contratados. Para as operações vencidas há mais de 60 dias, os juros permanecerão em rendas a apropriar, até a liquidação da operação.

f) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Sobre as perdas esperadas associadas ao risco de crédito, a administração da Cooperativa constituiu provisão para perdas em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, com base em critérios consistentes e verificáveis,

amparados por informações internas e externas, pelo menos em relação ao devedor e seus garantidores (situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica e limite de crédito) e, em relação à operação (natureza e finalidade, características das garantias com suficiência de liquidez e valor), conforme determina a Resolução CMN nº 2.682/1999, que classifica as operações em nove níveis de risco (de AA a H).

g) Investimento

Representados por participações societárias avaliadas ao custo de aquisição.

h) Imobilizado de uso

As imobilizações de uso são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplam a estimativa de vida útil-econômica dos bens.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 27 – Ativo imobilizado, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.535/2016.

i) Intangível

Corresponde aos ativos não monetários, identificáveis, controláveis e sem existência física, adquiridos e destinados para utilização da Cooperativa na manutenção de suas atividades e na geração de benefícios econômicos futuros. Estão reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição, e a amortização é reconhecida mensalmente, a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil econômica dos bens ativos, revistas no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.534/2016.

j) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado, o ativo intangível e os outros ativos não circulantes são revistos anualmente de acordo com os critérios definidos pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/2008, revogado pela Resolução CMN nº 4.924/2021, para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou ainda sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

k) Depósitos

Os depósitos à vista não são remunerados. Os depósitos a prazo pré-fixados são registrados pelo valor futuro, retificado pela conta de dispêndios a apropriar; e os depósitos pós-fixados são atualizados até a data do balanço, observados os índices contratados.

l) Relações interfinanceiras - passivo

São atualizadas pelos encargos contratados incorridos até a data do balanço.

m) Demais ativos e passivos

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela administração da Cooperativa quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer às instâncias superiores e a experiência histórica. As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de provisões e passivos contingentes estão de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009. A administração da Cooperativa revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes.

o) Segregação do circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante e estão sendo apresentados nas notas explicativas. Em 31 de dezembro de 2022, o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$ 67.279.624. Já o realizável a longo prazo supera o exigível a longo prazo em R\$ 207.915.907. Assim, o ativo total, excluído o permanente, supera o passivo total em R\$ 76.636.490.

p) Imposto de renda e contribuição social

A Cooperativa está sujeita à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL quando auferir resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável. A alíquota da CSLL para as cooperativas de crédito retornou para 15% a partir do dia 1º de janeiro de 2022, conforme Art. 3º, inciso I da Lei 7.689/98, e posteriormente aumenta para 16% com a publicação da Medida Provisória nº 1.115/22 para o período-base compreendido entre 1º de agosto de 2022 e 31 de dezembro de 2022.

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo. A Cooperativa está sujeita ao recolhimento do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN, sobre as receitas auferidas com atos não cooperativos. A alíquota aplicada varia de 2% a 5%, de acordo com a legislação vigente de cada município.

q) Partes relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

r) Resultados recorrentes e não recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

s) Instrumentos financeiros

A Cooperativa opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2023	2022
Disponibilidades		
Caixa e depósitos bancários	715.542	15.331.413
Títulos e valores mobiliários (nota 6)	164.476.049	166.296.563
Relações interfinanceiras (nota 7)	257.495.616	-
	422.687.207	181.627.976

As disponibilidades são classificadas como caixa e equivalentes a caixa para fins de apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa, de acordo com os critérios definidos pelo CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.818/2020.

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2023	2022
Descrição	Total	Total
Depósitos interfinanceiros	-	115.917
	-	115.917

6. Títulos e valores mobiliários

Descrição	2023		2022	
	Até 90 dias	De 91 até 360 dias	Total	Total
Títulos de renda fixa	152.991.401	-	152.991.401	89.620.005
Cotas de fundos de investimento	11.484.648	-	11.484.648	101.906.750
Participações em cooperativas (i)	-	25.118.779	25.118.779	1.000
	164.476.049	25.118.779	189.594.828	191.527.755

- i. A partir de 01/07/2022 os saldos de Participações de Cooperativas em entidades que não sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo Método de Equivalência Patrimonial – MEP, passaram a compor o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.817/2020. Essas participações são registradas pelo valor do custo de aquisição em subgrupo específico, conforme disposto na Instrução Normativa BCB nº 269/2022.

7. Relações Interfinanceiras

Descrição	2023	2022
	Total	Total
Direitos junto ao sistema de liquidação	6.327	-
Centralização financeira	257.495.616	-
	257.501.943	-

8. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade

	2023		2022	
	Circulante	Não circulante	Total	Total
Empréstimos e direitos creditórios descontados	343.740.962	123.358.440	467.099.402	318.936.154
Financiamentos	20.604.233	26.446.297	47.050.530	40.861.041
Financiamentos rurais	392.102.998	68.966.599	461.069.597	286.389.518
	756.448.193	218.771.336	975.219.529	646.186.713

b) Composição por nível de risco e situação de vencimento

Nível de risco	Provisão %	2022			2021	
		Vencidas	Vincendas	Total	Total	
A	0,5	-	436.428.158	436.428.158	203.637.514	
B	1,0	133.412	393.931.060	394.064.472	314.228.733	
C	3,0	1.958.901	100.795.076	102.753.977	93.054.404	
D	10,0	708.029	8.392.453	9.100.482	5.673.054	
E	30,0	1.479.167	2.916.545	4.395.713	1.782.527	
F	50,0	175.871	2.475.143	2.651.014	6.982.714	
G	70,0	323.202	2.205.912	2.529.114	5.353.224	
H	100,0	8.702.160	14.594.439	23.296.599	15.474.543	
		13.480.742	961.738.786	975.219.529	646.186.713	

c) Composição do não circulante por ano de vencimento

Ano	2023	2022
2023		482.173.195
2024		90.032.927
2025	118.297.949	40.860.257
2026	60.143.286	17.029.318
2027	28.481.263	4.758.546
2028	10.978.038	1.006.258
2029	718.313	269.211
2030	152.487	1.511
2031		620
	218.771.336	636.131.843

d) Créditos baixados como prejuízo

As operações classificadas como nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses e, desde que apresentem atraso superior a esse prazo, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não figurando mais no balanço patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2023, os créditos baixados como prejuízo e registrados em conta de compensação montam R\$ 34.192.658 (R\$ 34.660.407 em 2022).

9. Outros ativos financeiros

	2023		2022	
	Circulante	Não circulante	Total	Total
Avais e fianças honrados (i)	2.285.621		2.285.621	182.362
Devedores por compra de valores e bens (ii)	514.602,00	1.979.555	2.494.157	3.338.623
	3.177.115	1.979.555	5.156.670	3.520.985

i. Trata-se de Cessão de Crédito Cartão

ii. Financiamentos de Ativos Não Financeiros mantidos a venda, recebidos de terceiros.

10. (-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**a) Composição por tipo de operação**

	2023		2022	
	Circulante	Não circulante	Total	Total
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(27.946.354)	(9.880.305)	(37.826.659)	(30.767.329)
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(1.896.904)	(16.556)	(1.913.460)	(99.788)
	(29.843.258)	(9.896.861)	(39.740.119)	(30.867.117)

b) Movimentação das provisões perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2023	2022
Saldo inicial	(30.867.117)	(23.833.770)
Créditos baixados para prejuízo	7.726.390	1.249.310
Constituição da provisão para perdas em operações de crédito	(15.124.554)	(11.101.159)
Constituição da provisão para perdas em outros créditos	(2.064.357)	(83.180)
Reversão de provisão para operações de crédito (nota 16)	589.519	2.893.768
Reversão de provisão para perdas em outros créditos (nota 16)	-	7.914
Saldo final	(39.740.119)	(30.867.117)

11. Ativos Fiscais Correntes e Diferidos

	2023	2022
Descrição	Total	Total
Impostos e Contribuições a Compensar	12.000	-
	12.000	-

12. Outros ativos

	2023		2022	
	Circulante	Não circulante	Total	Total
Adiantamentos e antecipações salariais	98.814	-	98.813	58.405
Adiantamentos para pagamentos por nossa conta	52.992	-	52.992	12.509
Adiantamentos por conta de imobilizações	-	-	-	-
Pagamentos a ressarcir	55.138	-	55.138	353.494
Devedores diversos - País	763.643	-	763.643	3.052.376
Material em estoque	538.429	-	538.429	122.910
Ativos não financeiros mantidos para venda - próprios	6.365.209	-	6.365.209	-
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos	13.067.466	1.549.374	14.616.840	2.437.374
Outros ativos	11.999	-	-	6.219
	20.953.690	1.549.374	22.491.064	6.043.287

15. Imobilizado de uso, intangível, depreciações e amortizações

	2023		2022		
Descrição	Taxa anual de depreciação / amortização	Custo	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de uso					
Imobilizações em curso	-	1.999.190	-	1.999.190	1.412.138
Instalações	10%	424.433	(160.008)	264.425	314.211
Móveis e equipamentos	De 10% a 20%	17.900.505	(7.841.078)	10.059.427	9.894.511
Veículos	20%	531.500	(181.583)	349.917	57.000
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	930.544	(65.917)	864.627	472.575
Imóveis	4%	46.865.658	(3.166.691)	43.698.967	51.613.775
		68.651.830	(11.415.277)	57.236.553	63.764.210
Intangível					
Sistemas de processamento de dados	20%	559.085	(425.291)	133.794	235.584
		559.085	(425.291)	133.794	235.584
		69.210.915	(11.840.568)	57.370.347	63.999.794

16. Depósitos

Descrição	Circulante	2023	2022
Depósitos à vista	168.916.519	168.916.519	126.962.102
Depósitos a prazo (ii)	402.826.412	402.826.412	262.819.452
	571.742.930	571.742.930	389.781.554

- i. Os depósitos a prazo são remunerados por encargos financeiros calculados com base no CDI e podem ser contratados em prazos de vencimento variados. No exercício de 2023, foram registrados R\$ 571.742.930 (R\$ 389.781.554 em 2022) no resultado em operações de captação no mercado, substancialmente de depósito a prazo.

Os depósitos estão garantidos até o limite de R\$ 250 mil por CPF/CNPJ pelo FGCoop

(Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito), fundo este constituído por todas as cooperativas de crédito brasileiras e bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). O FGCoop tem por finalidade conforme seu estatuto: I – proteger depositantes e investidores das instituições associadas, respeitados os limites e condições estabelecidos no seu Regulamento; II – contribuir para a manutenção da estabilidade do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC); e III – contribuir para prevenção de crise sistêmica no segmento cooperativista. O Estatuto e o Regulamento do fundo tiveram aprovação através da Resolução CMN nº 4.933/2021.

17. Recursos de aceite e emissão de títulos

Descrição	Não circulante	2023	2022
Obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio		662.143.537	327.229.483
	-	662.143.537	327.229.483

Referem-se às Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004) e às Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreadas por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel (Lei nº 10.931/2004).

18. Obrigações por empréstimos e repasses

Descrição	Não circulante	2023	2022
Repasses do País - Instituições oficiais	23.905.307	23.905.307	6.732.480
	23.905.307	23.905.307	6.732.480

Recursos captados para repasse junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros.

19. Outros passivos financeiros

Descrição	2023	2022
Recursos em trânsito de terceiros	30.307.396	-
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	498.334	531.619
Obrigações por aquisição de bens e direitos	-	-
	30.805.730	531.619

- i. Compreende nos valores que a cooperativa possui de obrigação com associados pela emissão de ordens de pagamento, que podem ser compensados, sacados ou no caixa devolvido, sendo o crédito retornando a conta do cooperado total, ou parcial conforme critério do cooperado.

20. Provisões

Descrição	Não circulante	2023	2022
Provisão para contingências (ii)	219.269	219.269	212.544
	219.269	219.269	212.544

- i. Em 31 de dezembro de 2023 a Cooperativa estava com dois processos em aberto com a Receita Federal, classificada como perda provável, discutida na esfera judicial, com valor total de R\$ 219.269, sobre a qual a administração da cooperativa decidiu, com base na opinião de seu assessor jurídico, constituir provisão no valor de R\$ 219.269.

Conforme seus assessores jurídicos, a Cooperativa não possui outros processos que indicam perda possível ou provável em 31 de dezembro de 2023.

Recursos tomados forma de Depósitos Interfinanceiro Rural (DIR), tendo como garantia aplicações interfinanceiras de liquidez realizadas pela Credisis – Central de Cooperativas de Crédito Ltda. Possui remuneração média de 0,46% a.m. e vencimento final em setembro/2023. No exercício de 2023, foram registrados em operações de empréstimos, cessões e repasses R\$ 116.322 (R\$ 443.624 em 2022).

21. Obrigações fiscais correntes e diferidas

Descrição	2023	2022
Impostos e Contribuições a Recolher	1.303.423	2.373.665
Recebimento de Tributos Estaduais e Municipais	-	-
Provisão para Impostos e Contribuições Sociais	-	-
	1.303.423	2.373.665

22. Outros Passivos

Descrição	2023		2022
	Não circulante	Total	Total
Sociais e estatutárias:			
Juros sobre o capital	-	-	-
Fundo de assistência técnica, educacional e social (i)	1.258.169	1.258.169	983.513
Gratificações e participações a pagar	16.807	16.807	17.919
Sobras a distribuir	208.016	208.016	86.064
Quotas de capital a pagar	2.933.905	2.933.905	2.910.001
	4.467.926	4.467.926	3.997.497
Diversas:			
Cheques administrativos	-	-	18.976.888
Provisão para pagamentos a efetuar	5.069.356	5.069.356	3.252.576
Credores diversos no País (i)	149.496	149.496	3.084.433
	5.218.852	5.218.852	25.313.897
Outros passivos	-	-	-
	9.686.778	9.686.778	29.311.394

i. O FATES tem sua formação, classificação e utilização conforme a Lei do Cooperativismo e normas do BACEN.

Os impostos e as contribuições apurados e recolhidos pela Cooperativa, bem como as respectivas declarações acessórias, os registros fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável em cada circunstância, mas em geral cinco anos.

23. Patrimônio líquido

a) Capital social

É representado pelas integralizações de 10.730 e 6.264 cooperados em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas quotas-partes.

No exercício de 2023, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 7.859.897 (R\$ 5.646.325 em 2022), por meio de integralizações de capital dos associados, o montante de R\$ 6.302.868 (R\$ 8.483.024 em 2022) por meio de distribuição de sobras, e por juros ao capital em 2023 R\$ 457.172 (R\$ 757.791 em 2022), e ocorreram também devoluções e estornos em 2023, no montante de R\$ 2.629.749 e no exercício de 2022 R\$ 2.556.596.

O capital social é de R\$ 96.820.869 e de R\$ 84.830.681 em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente.

b) Destinações estatutárias e legais

As sobras apuradas no fim dos exercícios de 2023 e de 2022, conforme Estatuto Social tiveram as seguintes destinações:

Descrição	2023	2022
Sobras ou perdas do período antes das destinações e dos juros ao capital	25.857.105	19.101.951
Juros sobre o capital (i)	(463.576)	(436.680)
Destinações estatutárias:		
Reserva legal (ii)	(2.516.338)	(1.900.551)
Reserva Estatutária (iii)	(3.208.331)	
Ajustes de exercícios anteriores (iv)	(230.152)	340.240
FATES - Atos Cooperativos (v)	(1.258.169)	(950.276)
Sobras à disposição da Assembleia Geral	18.180.539	16.154.684

- i. Juros sobre o capital integralizado, limitado à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, a serem propostos pelo Conselho de Administração da Cooperativa. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de dezembro de 2023, foram aprovados os juros ao capital nas contas dos cooperados. Adicionalmente, conforme determinado pela Carta Circular BCB nº 3.935/2019, os juros sobre o capital social das cooperativas pagos ou creditados aos seus associados foram registrados no resultado do exercício, como “Outros dispêndios operacionais”, e ajustados;
- ii. 10% para a reserva legal com a finalidade de reparar perdas eventuais futuras e a atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa;
- iii. Aprovada em assembleia denominada Reserva de Estabilidade Econômico-financeiro com percentual de 15% sobre as sobras líquidas após destinações obrigatórias de FATES e Reserva Legal;
- iv. Ajuste de exercício anterior, contabilizada de forma equivocada em conta de resultado da cooperativa, valor se trata de um recebimento de pendência com operação de crédito originada na migração de core bancário em 2022;
- v. 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), com a finalidade de prestar assistência e educação a seus cooperados, familiares e empregados, que podem ser executados mediante convênio com entidades especializadas, oficiais ou não. Atendendo à instrução do BACEN, o FATES é registrado como exigibilidade.

c) Sobras acumuladas

As sobras são distribuídas ou apropriadas conforme o Estatuto Social, normas do BACEN e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em abril de 2023, das sobras acumuladas do exercício de 2022 foi aprovada aporte de 5% sobre as sobras líquidas para o Fundo de Reserva Legal no valor de R\$ R\$ 807.734,21; Reserva de Estabilidade Econômico-Financeiro foi de 15% no valor de R\$ 2.423.202,63 e, mais um aporte de 40% para a Reserva de Estabilidade Econômico-Financeiro no valor de R\$ 6.461.873,67 Para distribuição de sobras foi disponibilizado o valor de R\$ 6.461.873,67.

24. Receitas de operações de crédito

Descrição	2023		2022	
	1º semestre	2º semestre	Exercício	Exercício
Rendas de adiantamento a depositantes	332.147	417.181	749.328	714.263
Rendas de empréstimos	32.368.388	46.226.255	78.594.643	50.442.878
Rendas de direitos creditórios descontados	3.493.804	4.010.081	7.503.885	5.035.536
Rendas de financiamentos	3.797.865	4.022.381	7.820.246	5.393.031
Rendas de financiamentos rurais	20.319.446	25.554.270	45.873.716	29.838.565
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	1.383.083	7.579.306	8.962.389	5.745.619
	61.694.733	87.809.474	149.504.207	97.169.892

25. Ingressos e receitas de prestação de serviços e tarifas

Descrição	2023		2022	
	2º semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Rendas por serviços de pagamento	-	-	-	1.367
Rendas de cobrança	166.522	296.984	296.984	124.618
Rendas de serviços de custódia	-	-	-	1
Rendas de transferência de fundos	-	-	-	33.880
Rendas de pacotes de serviços – PF	-	-	-	22.481
Rendas de serviços diferenciados – PF	-	-	-	1.795
Rendas de tarifas bancárias – PJ	26.175	54.757	54.757	296.617
Rendas de outros serviços	3.783.955	5.733.711	5.733.711	2.297.247
	4.044.340	6.216.787	6.216.787	2.965.220

26. Dispêndios e despesas de pessoal

Descrição	2023		2022	
	2º semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Despesas de honorários – Conselho Fiscal	(87.120)	(190.224)	(190.224)	(187.572)
Despesas de honorários – Conselho Fiscal e Diretoria	(1.281.525)	(2.154.634)	(2.154.634)	(1.923.265)
Despesas de pessoal – benefícios	(4.657.163)	(7.383.559)	(7.383.559)	(3.495.248)
Despesas de pessoal – encargos sociais	(2.243.794)	(4.212.175)	(4.212.175)	(3.527.866)
Despesas de pessoal – proventos	(5.584.186)	(10.402.717)	(10.402.717)	(9.640.397)
Despesas de pessoal – treinamentos	(410.992)	(455.248)	(455.248)	(345.493)
	(14.264.780)	(24.798.557)	(24.798.557)	(19.119.841)

27. Outros dispêndios e despesas administrativas

Descrição	2023		2022	
	1º semestre	2º semestre	Exercício	Exercício
Água, energia e gás	(313.084)	(218.351)	(531.435)	(695.371)
Aluguéis	(195.224)	(229.755)	(424.979)	(250.168)
Comunicações	(234.989)	(246.714)	(481.703)	(529.436)
Manutenção, conservação de bens e material	(414.447)	(592.144)	(1.006.591)	(1.162.184)
Processamento de dados	(643.756)	(558.348)	(1.202.104)	(2.438.124)
Promoções e relações públicas, propaganda, publicidade e publicações	(611.007)	(674.085)	(1.285.092)	(1.610.924)
Seguros	(93.596)	(84.669)	(178.265)	(163.239)
Serviços do sistema financeiro	(538.766)	(791.785)	(1.330.551)	(1.084.492)

Continua...

27. Outros dispêndios e despesas administrativas

...Continuação

Descrição	2023		2022	
	1º semestre	2º semestre	Exercício	Exercício
Serviços de terceiros e serviços técnicos especializados	(1.217.838)	(2.532.524)	(3.750.362)	(2.841.825)
Serviços de vigilância e segurança	(475.196)	(278.459)	(753.655)	(984.639)
Transporte	(296.589)	(312.915)	(609.504)	(259.852)
Viagem no país	(121.738)	(45.702)	(167.440)	(346.211)
Outras despesas administrativas	(3.759.838)	(5.169.126)	(8.928.964)	(1.486.243)
Depreciações e amortizações	(2.124.239)	(2.110.052)	(4.234.291)	(4.316.840)
	(11.040.307)	(13.844.629)	(24.884.936)	(18.169.548)

28. Outros ingressos e receitas operacionais

Descrição	2023		2022	
	1º semestre	2º semestre	Exercício	Exercício
Recuperação de encargos e despesas	422.391	262.636	685.027	996.144
Rendas de créditos por avais e fianças honrados	21.688	45.256	66.944	1.725
Outras	-	50.806	50.806	205.228
Outras rendas operacionais	596.652	1.299.375	1.896.027	1.101.482
	1.040.731	1.658.073	2.698.804	2.304.579

29. Outros dispêndios e despesas operacionais

Descrição	2023		2022	
	2º semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Despesas de descontos concedidos em renegociações	(111.836)	(504.863)	(459.380)	
Outras despesas operacionais	-	(2.884)	(15.734)	
	(111.836)	(507.747)	(475.114)	

30. Outras receitas e despesas

Descrição	2023		2022	
	2º semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Receitas não operacionais				
Ganhos de capital	-	-	9.394.260	
Reversão de provisões não operacionais	-	-	9	
Outras rendas não operacionais	75.419	91.872	208.461	
	798.219	814.672	9.602.730	
Despesas não operacionais				
Prejuízos na alienação de valores e bens	-	-	(87)	
Perdas de capital	-	(3.353)	(40.936)	
Despesas de provisões não operacionais	(364.409)	(364.409)	(62.546)	
Outras despesas não operacionais	(38.188)	(43.058)	(3.688.123)	
	(402.597)	(410.820)	(3.791.692)	
	395.622	403.852	5.811.038	

31. Resultado não recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultado não recorrente no exercício de 2023.

32. Partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa (Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Fiscal). As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica, e são assim resumidas nos exercícios:

Descrição	2023	2022
Principais saldos:		
Ativo		
Operações de crédito	15.229.727	11.830.562
Passivo		
Depósitos à vista e a prazo	2.846.292	6.933.093
Patrimônio líquido		
Capital social	1.701.502	1.484.172
Principais operações:		
Ingressos com operações de crédito	1.250.845	971.250
Dispêndio com captações	(343.025)	(699.478)
Benefícios:		
Honorários	(1.010.583)	(1.923.265)
Cédulas de presença	(910.588)	(187.572)

33. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência Simplificado (PRs5), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.606/2017, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	2023	2022
Patrimônio de referência (PR)	168.380.036	139.450.424
Ativo ponderado pelo risco (RWAS5)	947.797.286	687.362.379
Índice de Basileia	17,77%	20,29%

34. Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos

As cooperativas de crédito estão sujeitas a riscos de diferentes tipos e naturezas que são inerentes ao negócio. A fim de identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar esses riscos, a Cooperativa conta com uma estrutura de Gestão Integrada de Riscos compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos realizados, que está em processo de implementação e visa assegurar a solidez e perenidade do Sistema. A Cooperativa considera que o gerenciamento de riscos é peça fundamental e estratégica para que seus objetivos sejam alcançados. A política de gerenciamento de riscos e de capital foi aprovada, de modo que seja compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das cooperativas associadas à Cooperativa. Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.557/2017, o relatório completo da estrutura de gerenciamento de riscos da Cooperativa está disponível no site www.primacredi.com.br, no caminho "A PRIMACREDI/Gerenciamento de Riscos". De forma resumida, apresentada em um relatório semestral as estruturas de gerenciamento de riscos são:

a) Risco operacional

O gerenciamento do risco operacional objetiva a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos associados as falhas, deficiências ou inadequações de processos, pessoas ou sistemas, aspectos legais ou regulatórios, resultantes de eventos internos ou externos.

b) Risco de crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva auxiliar nos processos de crédito visando maior qualidade da carteira de crédito, identificando, mensurando, avaliando, monitorando, reportando, controlando e mitigando o risco de crédito a fim de se antecipar às ocorrências de perdas ou possíveis perdas associadas ao não cumprimento pelos cooperados de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.

c) Risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco de liquidez mantendo a capacidade de liquidar seus compromissos esperados e inesperados, sem afetar as operações diárias e sem incorrer em perdas, preservando sempre pelo casamento entre os fluxos de pagamento e recebimento.

d) Risco de mercado

O gerenciamento de risco de mercado tem por objetivo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o impacto da flutuação dos valores de mercado de instrumentos detidos pela Primacredi em sua centralização financeira e de acordo com suas políticas.

e) Risco socioambiental

O gerenciamento de risco socioambiental objetiva identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais causados pelas ações das cooperativas da Primacredi, de seus cooperados, fornecedores e/ou prestadores de serviço.

f) Gestão de continuidade do negócio

A Política de Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é o documento que contempla diretrizes, orientações, princípios básicos e a estrutura necessária para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a ocorrência de eventuais perdas, interrupções de atividades críticas e eventos extraordinários, proporcionando a resposta adequada à recuperação e restauração dos processos críticos, assegurando assim a continuidade das atividades da Primacredi.

g) Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital, visando os objetivos estratégicos da Primacredi, continuamente identifica, mensura, avalia, monitora, reporta, controla e mitiga as exposições aos riscos esperados e inesperados, assim como mantém os níveis de requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), Patrimônio de Referência de Nível I e de Capital Principal.

35. Seguros contratados

A administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros, cujas coberturas são consideradas suficientes pela administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

36. Implementação

A implementação da Resolução CMN N° 4.966/21 que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicados aos Instrumentos Financeiros é um projeto institucional, o qual será analisado e executado por integrantes das áreas de contabilidade, risco, compliance, supervisão, comercial e tecnologia da Primacredi com anuência do Conselho de Administração, conforme determina o artigo 76. Diante da magnitude da Resolução em análise e o impacto contábil, com a revogação de 19 normativos, em especial a revogação da Resolução CMN N° 2.682/99 que dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, a Primacredi irá dividir o projeto em etapas a fim de possibilitar uma transição mais eficiente, buscando pontos de assimetria com a política atual adotada pela cooperativa, levando em consideração as modificações necessárias no sistema de tecnologia e desenhando atividades, responsáveis e prazos para adequação de sistema e processos de trabalho às medidas apresentadas até 1º de janeiro de 2025, data em que a Resolução entrará em vigor. Considerando a data de implantação da citada Resolução e, em se tratando das demonstrações contábeis encerradas em 31/12/2022, verificamos e avaliamos que as referidas demonstrações não foram impactadas sobre o normativo em questão.

Jorge Francisco Mira

Presidente
CPF 211.088.119-49

Patricia Pedroso de Oliveira

Contador CRC: MT – 020623/O-8
CPF: 050.900.881-01

Laura Beatriz Gomes da Mota Costa

Diretor responsável pela área contábil
CPF 424.618.471-34



Acesse nosso site!

www.credisis.com.br